

## Objetivo da Auditoria

A auditoria financeira do Tribunal de Contas da União no Balanço Geral da União (BGU) de 2017 teve o intuito de verificar se as demonstrações consolidadas da União refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial em 31/12/2017 e os resultados financeiro, patrimonial e orçamentário, atestando a confiabilidade das demonstrações contábeis do Governo Federal.

## Balanço Geral da União de 2017

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis da União. Conforme a Lei 4.320/1964, as demonstrações obrigatórias são os balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais. A partir do exercício de 2015, com a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp), foram incluídas a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A seguir, são apresentadas as principais distorções identificadas na auditoria do BGU, de acordo com o reflexo no Balanço Patrimonial.

### A) Principais distorções encontradas no Balanço Patrimonial

R\$ bilhões

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.290</b>	<b>1.435</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.129</b>	<b>1.065</b>
Caixa e Equivalentes	1.140	1.108	Obrigações Trab. Prev. Assist. Curto Prazo	39	38
<b>Créditos Curto Prazo</b>	<b>128</b>	<b>303</b>	Empréstimos e Financ. Curto Prazo	790	656
Investimentos Curto Prazo	2	3	Fornecedores e Contas a Pagar	3	3
Estoques	20	21	Provisões Curto Prazo	56	3
			Demais Obrigações Curto Prazo	241	327
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.238</b>	<b>2.986</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.136</b>	<b>5.630</b>
<b>Créditos Longo Prazo</b>	<b>2.005</b>	<b>1.873</b>	Obrigações Trab. Prev. Assist. Longo Prazo	2	2
Investimentos	302	287	Empréstimos e Financ. Longo Prazo	4.456	4.008
<b>Imobilizado</b>	<b>927</b>	<b>823</b>	Provisões Longo Prazo	1.654	1.556
Intangível	4	3	Demais Obrigações Longo Prazo	24	64
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(2.425)</b>	<b>(2.021)</b>
			Patrimônio Social/Capital Social	31	12
			Reservas	2	7
			Resultados Acumulados	(2.458)	(2.041)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.840</b>	<b>4.673</b>	<b>TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.840</b>	<b>4.673</b>

Fonte: Prestação de Contas do Presidente da República de 2017.

#### 1. Créditos a Receber

- O Tribunal, por meio do Acórdão 977/2018-Plenário, absteve-se de expressar conclusão sobre a confiabilidade e a transparência das informações referentes aos Créditos Tributários a Receber registrados nas demonstrações contábeis de 2017 do Ministério da Fazenda, a cargo da Secretaria da Receita Federal do Brasil, uma vez que, por conta da alegação de sigilo fiscal dos dados econômico-fiscais de contribuintes, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente;

<sup>1</sup>Para consultar as informações detalhadas sobre as distorções identificadas no Balanço Geral da União de 2017, vide o capítulo 5 do Relatório sobre as Contas do Presidente da República – Exercício de 2017 divulgado pelo Tribunal de Contas da União.

## 2. Ativo Imobilizado

- O Tribunal constatou que 80% dos imóveis destinados à reforma agrária, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), não estavam contabilizados no Balanço Geral da União do exercício de 2017. Além disso, foi identificada uma discrepância de mais de 900% entre o valor desses imóveis, registrado até 31/12/2017, e aquele estimado segundo dados de mercado. Em vista desses dois fatores, verificou-se, no ativo imobilizado, uma subavaliação estimada em pelo menos R\$ 150 bilhões.

Imóveis destinados à Reforma Agrária	
Total	Contabilizados no BGU
7.760	1.550 (20%)

## 3. Provisão para avais concedidos pela União

- O Tribunal identificou que a União não provisionou possíveis perdas, que podem levar a desembolsos de recursos federais, decorrentes de garantias concedidas a empréstimos realizados por estados junto a instituições financeiras internas e externas. Com isso, constatou-se subavaliação do passivo, de R\$ 13,85 bilhões, pelo não provisionamento referente às garantias concedidas ao estado do Rio de Janeiro, relacionadas a operações de crédito contraídas pelo estado e que serão honradas pelo Tesouro Nacional, em virtude do acordo de recuperação fiscal assinado com o Governo Federal.

## 4. Provisão para Riscos Fiscais

- O Tribunal verificou distorção no passivo, no montante de R\$ 101,7 bilhões, pela ausência de provisão para fazer frente à ação judicial movida contra a União, a respeito da base de cálculo do PIS/Cofins, cuja classificação de risco foi atribuída em desacordo com o art. 3º da Portaria-AGU 40/2015, uma vez que há decisão de órgão colegiado do Supremo Tribunal Federal desfavorável à Fazenda Pública, em recurso extraordinário com repercussão geral.

## 5. Encargos Financeiros Futuros

- O Tribunal tem assinalado ao Ministério da Defesa, desde os relatórios sobre a Contas do Presidente da República de 2013, sobre a necessidade de evidenciação, mensuração e reconhecimento das despesas futuras com pagamento de militares inativos. As Notas Explicativas ao BGU 2017 apresentaram essa projeção, que, contudo, não se baseou em premissas atuariais, não garantindo, portanto, a necessária previsibilidade dos gastos, como estabelecido no Acórdão 1.320/2017-TCU-Plenário. Segundo a projeção, que, como mencionado, não se utilizou de adequada técnica, a despesa com militares inativos atinge o montante de pelo menos R\$ 487 bilhões nos próximos vinte anos.

## 6. Patrimônio Líquido Negativo

- Em 2017, o patrimônio líquido (PL) da União permaneceu negativo, ou a descoberto, como ocorrido desde 2015, em virtude de mudanças e aperfeiçoamentos nos registros contábeis efetuados pela STN nos últimos anos. A tabela a seguir demonstra a evolução do PL da União de 2013 a 2017:

R\$ bilhões

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
PL da União	1.163,65	118,10	(1.424,52)	(2.021,48)	(2.425,40)

## B) Eventos Subsequentes

- Parte das distorções identificadas na auditoria do exercício (itens 2, 3 e 4), que poderiam comprometer a opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas, foram objeto de ajustes ainda no decurso da auditoria do TCU, após a Casa Civil da Presidência da República e a STN promoverem diversas ações corretivas. Em decorrência desses esforços, foram feitos os seguintes lançamentos contábeis em maio de 2018:
  - Registro dos imóveis destinados à reforma agrária, no montante de R\$ 111,8 bilhões (item 2);
  - Registro de provisão para garantias concedidas ao estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$13,85 bilhões (item 3); e
  - Registro de provisão para riscos fiscais, no montante de R\$ 101,7 bilhões, referente à ação judicial sobre a base de cálculo do PIS/Cofins (item 4).
- Desse modo, levando em consideração as correções procedidas pela Administração, a disposição da Secretaria do Tesouro Nacional em corrigir as demais distorções identificadas e o principal objetivo da auditoria financeira, a saber, melhorar e promover a prestação de contas de órgãos e entidades públicos, foi emitida emitir uma opinião com ressalvas sobre o BGU, apesar da relevância das distorções apresentadas nas demonstrações de 2017.